MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DE URUGUAIANA/RS

COLFAC/URA/RS

30ª REUNIÃO DA COLFAC URUGUAIANA RS

ATA

DATA: 10/09/2026, quinta-feira

HORA: 10:00 h

LOCAL: Reunião virtual por meio da plataforma Microsoft Teams

Endereço de e-mail: colfac.rs.alfura@rfb.gov.br

Participantes: Conforme relação anexa.

DESENVOLVIMENTO

1 – INÍCIO DA REUNIÃO

Às 10 horas do dia 10 de setembro de 2026, por meio da plataforma Microsoft Teams, foi realizada a 30ª Reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio Exterior de Uruguaiana (COLFAC/URA).

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana, Auditor-Fiscal **Wilsimar Garcia Junior**, abriu os trabalhos dando as boas-vindas aos participantes e destacando a retomada das atividades da COLFAC após período sem reuniões, ressaltando a importância histórica do fórum como instrumento de diálogo entre a administração pública e os intervenientes do comércio exterior.

Registrou ainda a relevância da participação das entidades representativas do setor privado, agradecendo especialmente o apoio institucional prestado ao longo dos anos por representantes de importadores, exportadores, transportadores, despachantes aduaneiros e administradores de recintos alfandegados.

O presidente da reunião ressaltou que a adoção do formato virtual ampliou significativamente o alcance da COLFAC, permitindo maior participação de entidades e operadores localizados em diferentes regiões do País, sem prejuízo da relevância das reuniões presenciais.

Na sequência, apresentou proposta de aperfeiçoamento da dinâmica das futuras reuniões, com a realização de encontros periódicos e alternância de pautas voltadas às

principais unidades da jurisdição da Alfândega de Uruguaiana, especialmente Uruguaiana e São Borja, sem prejuízo da discussão de temas de interesse geral.

2 – SISTEMÁTICA DAS PRÓXMAS REUNIÕES DA COLFAC

Foi deliberado que:

- As pautas e comunicações relativas à COLFAC continuarão sendo encaminhadas por meio do endereço eletrônico oficial do colegiado;
- As entidades representativas atuarão como disseminadoras das informações junto aos respectivos associados;
- Será estudada a adoção de formulário padronizado para proposição de pautas, visando conferir maior objetividade e eficiência às discussões; e
- As próximas reuniões buscarão contemplar, de forma alternada, temas específicos das unidades jurisdicionadas, notadamente Uruguaiana e São Borja, preservando espaço para debates de interesse comum do comércio exterior.

Também foi informado que a Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (COANA) estuda mecanismos para ampliar a publicidade das atividades das COLFACs em ambiente institucional da Receita Federal.

3 – ASSUNTOS PROCOMEX URUGUAIANA LEVANTADOS PELO SETOR PRIVADO

Foi informado que o Subcomitê Técnico de Controle Operacional de Fronteiras (SCT-COF) solicitou apoio da COLFAC para esclarecimento de pontos constantes de relatório elaborado a partir do evento Procomex realizado em Uruguaiana.

Entre os temas debatidos destacaram-se:

3.1 Benefícios ao Operador Econômico Autorizado (OEA)

Representantes do setor privado registraram a necessidade de ampliação dos benefícios destinados aos operadores certificados como OEA, especialmente em relação a mecanismos de tratamento diferenciado e priorização operacional nos recintos alfandegados.

Foi mencionado que outras fronteiras já adotam procedimentos diferenciados para operadores OEA, sendo sugerida análise de alternativas aplicáveis à realidade de Uruguaiana.

O representante da COANA, Carlos Eduardo da Costa Oliveira, informou que novas propostas de benefícios nacionais para operadores OEA são bem-vindas e poderão ser encaminhadas ao Centro OEA para avaliação.

Também foi registrada a continuidade das discussões referentes à possibilidade de aperfeiçoamento das regras relacionadas à baixa de mercadorias destinadas à exportação em locais não alfandegados, tema que já vem sendo analisado pela COANA.

Quanto ao pleito dos representantes do setor privado, o Auditor-Fiscal Wilsimar Garcia Junior concorda com o pleito, mas ressalta que as análises quanto a benefícios, especificamente locais, devem ser consideradas em um contexto em que há limitações físicas e infraestruturais nos entornos e dentro dos recintos aduaneiros. Tais análises são importantes no sentido de evitar que um possível benefício não torne um problema na prática.

De maneira inicial, propôs revisitar o projeto de incluir no rol de beneficiários das senhas prioritárias para ingresso da exportação os operadores OEA.

3.2 Ajustes no MIC/DTA

A representante da ABTI, **Gladys Vinci**, esclareceu que a referência constante no relatório diz respeito às dificuldades enfrentadas para promover a retificação de informações constantes do MIC/DTA após o início da operação de transporte internacional, tendo sido relatados casos em que ajustes posteriores se mostraram necessários, gerando impactos logísticos e custos adicionais aos operadores.

Em contraponto, os representantes da Receita Federal esclareceram que tais situações não decorrem de falhas ou limitações na atuação da aduana brasileira. Ressaltaram que, uma vez concluídos os procedimentos sob responsabilidade da administração aduaneira brasileira, eventuais necessidades de retificação do MIC/DTA, especialmente quando decorrentes de exigências formuladas pelas autoridades argentinas, devem ser tratadas diretamente pelo interessado junto aos órgãos competentes daquele país.

Foi registrado, ainda, que o tema poderá ser objeto de aprofundamento em reuniões futuras, especialmente no contexto do alinhamento de procedimentos entre as administrações aduaneiras envolvidas.

3.3 Implementação de documentos eletrônicos

Foi retomada discussão sobre a redução do uso de documentos físicos nos procedimentos de trânsito aduaneiro (TABR290).

Representantes do setor privado defenderam a adoção de fluxos eletrônicos mais abrangentes, com maior rastreabilidade, transparência e redução da circulação física de documentos.

A Receita Federal informou que a modernização dos processos de trânsito aduaneiro já integra iniciativas em desenvolvimento e que serão avaliadas alternativas para utilização de informações já existentes nos sistemas corporativos, buscando eliminar redundâncias e aumentar a eficiência operacional.

3.4 Melhoria de fluxos operacionais

Foi esclarecido que diversos pontos registrados no relatório Procomex já foram solucionados ou encontram-se em processo de aperfeiçoamento.

Entre os avanços mencionados destacam-se:

- Automatização de procedimentos anteriormente manuais;

- Melhorias nos controles de averbação;
- Revisão de rotinas operacionais;
- Aperfeiçoamentos decorrentes da implementação do Portal Único de Comércio Exterior.

Após os esclarecimentos prestados pelos participantes, considerou-se suficientemente instruído o conteúdo necessário para complementação do relatório a ser encaminhado pelo SCT-COF.

4 – ADESÃO À DUIMP

Foi realizada ampla discussão sobre o processo de implantação da Declaração Única de Importação (DUIMP) no modal rodoviário.

O Delegado da Receita Federal ressaltou preocupação com o baixo volume de registros atualmente realizados no ambiente de produção, enfatizando a necessidade de ampliação da adesão por parte dos operadores para adequada identificação de eventuais dificuldades antes da obrigatoriedade plena do sistema.

O Auditor-Fiscal Giulio Cervo Rechia informou que as DUIMPs registradas até o momento vêm sendo processadas adequadamente e incentivou os operadores a ampliarem a utilização do sistema.

Representantes do setor privado destacaram pontos sensíveis, entre eles:

- Tempo de parametrização das declarações;
- Necessidade de capacitação dos usuários;
- Integração dos sistemas dos intervenientes;
- Adaptação dos procedimentos dos órgãos anuentes;
- Possíveis impactos na fluidez operacional dos recintos alfandegados.

A Auditora-Fiscal Camilla Lanznaster informou que a área de gestão de risco já está avaliando alternativas para otimizar os procedimentos de parametrização e ressaltou que o novo modelo permite a realização de diversas etapas de forma antecipada ao ingresso da carga no recinto o que proporcionaria menores impactos no tempo de parametrização após a chegadas da carga no recinto.

Também foram relatadas iniciativas de capacitação e divulgação de materiais de orientação voltados aos operadores do comércio exterior.

5 – MANIFESTAÇÃO DO MAPA

O representante do Ministério da Agricultura e Pecuária, Diego Milano Moreira, relatou melhorias implementadas nos fluxos de análise documental e destacou os ganhos obtidos com a Central de Análise Documental.

Alertou ainda para a identificação de situações de utilização indevida de solicitações duplicadas de LPCO com o objetivo de tentar evitar fiscalizações, informando que os casos serão objeto de auditoria e tratamento específico pelo órgão.

Os participantes manifestaram apoio às medidas voltadas à preservação da conformidade e da isonomia entre os operadores.

6 – PRÓXIMA REUNIÃO

Ficou acordado o esforço conjunto para retomada da periodicidade regular das reuniões da COLFAC, preferencialmente em frequência mensal.

A próxima reunião deverá contemplar, prioritariamente, temas relacionados à unidade de São Borja, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento da implantação da DUIMP e demais assuntos de interesse regional.

A data será posteriormente divulgada por meio dos canais oficiais da COLFAC.

7 – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Delegado da Receita Federal em Uruguaiana, Auditor-Fiscal **Wilsimar Garcia Junior**, agradeceu a presença de todos os participantes, destacou a importância da continuidade do diálogo institucional entre setor público e iniciativa privada e encerrou a reunião às 12h04.

Foi lavrada a presente ata, para fins de registro dos trabalhos desenvolvidos.

30ª Reunião da COLFAC de Uruguaiana

Participantes Atendidos	41
Hora de início	9/10/26, 9:50:25 AM
Hora de término	9/10/26, 12:10:47 PM
Duração da reunião	2h 20m 21s
Tempo médio de participação	1h 45m 56s

Participantes

	Nome
1	Wilsimar Garcia Junior
2	Tiago Cosentino Cruz
3	Adilson Valente
4	Braulio da Silva Machado
5	Vinicius Ribeiro Magoga
6	Nickolas Rafael Gottin Scherer
7	Marisa Izabel Foletto
8	ABTI - Gladys Vinci
9	SINDASP - Julian Rosenbach
10	ABTI - Gabrielly Correia - Conformidade Regulatória
11	ABTI - Manuel Marques - Comunicação
12	ABTI - Nitri Hoisler - Coordenação
13	Joao Jacques Silveira Pena
14	Giulio Cervo Rechia
15	Lilian Ana Martins dos Santos
16	Mauricio Jose Both Bolzan
17	Cesar Augusto Gomes
18	Priscila Azevedo Pereira
19	Alcir Jordani Magagna
20	Cristian Matheus Sasso Portella
21	Elvio Araujo Madrid
22	Gilmar Caregnatto
23	diego milano moreira
24	Eduardo Simas - Simas Comex
25	Camilla Lanznaster
26	Fabio Ciocca
27	Alexandre
28	Jonas dos Santos
29	Cristiane Teresinha Jorge Ajala
30	Valeria Pedebos Sasso
31	Sergio Itamar Nunes de Araujo
32	Elson - Sindasp
33	Ronaldo Roosvelt Brito Dos Santos
34	Carlos Eduardo da Costa Oliveira
35	Joao Andre Munari Da Trindade
36	Fabio Lemes Barros
37	Rogério Gromoski - Elite Comissária
38	Guilherme Pissaia Esteves
39	Marlene Pacheco - Simas Comex
40	petryantonio66@gmail.com
41	Rogerio Noro